



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO (Da Comissão de Legislação Participativa)

Requer o envio de Indicação ao Poder Executivo, propondo a criação de uma área de formação profissional em nível médio, destinada a dar suporte às atividades no meio jurídico.

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 113, inciso I e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiro a V. Ex^a. seja encaminhada ao Poder Executivo a Indicação anexa, sugerindo a criação de uma área de formação profissional em nível médio, destinada a dar suporte às atividades no meio jurídico.

Sala das Sessões, em de de 2007.

Deputado **EDUARDO AMORIM**

Presidente



CÂMARA DOS DEPUTADOS

INDICAÇÃO

Nº , DE 2007

(Da Comissão de Legislação Participativa)

SUG nº 111/2005

Sugere a criação de uma área de formação profissional em nível médio, destinada a dar suporte às atividades no meio jurídico.

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação:

Considerando que a Resolução nº 4, da Câmara de Educação Básica, do Conselho Nacional de Educação, de 8 de novembro de 1999, estabelece as diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional;

Considerando que a referida Resolução lista vinte áreas de formação profissional distribuídas em diversos setores da produção e da prestação de serviços;

Considerando a relevância das atividades relacionadas ao Direito na sociedade moderna;

Considerando a necessidade de profissionais adequadamente preparados e dotados do indispensável apoio técnico para o desempenho de suas atribuições;

Vimos sugerir a Vossa Excelência determinar ao Conselho Nacional de Educação a realização dos indispensáveis estudos que viabilizem a inclusão, na lista de áreas de formação profissional que consta da Resolução CEB/CNE nº 4, de 1999, de uma área voltada para a formação de técnicos de nível médio para atuação no meio jurídico.

Sala das Sessões, em de de 2007.

Deputado **EDUARDO AMORIM**
Presidente